

Sumário

Apresentação, xiii

Introdução, 1

1 Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras: evolução legal e jurisprudencial, 9

1 Introdução, 9

2 Evolução política e jurídica do sistema brasileiro, 10

2.1 Período imperial: 1824-1889, 10

2.2 Período republicano, 18

2.2.1 De 1890 até a década de 1930, 18

2.2.2 Revolução de 30 e o “Estado Novo” (1937 até 1945), 21

2.2.3 Final da Nova República até o término das ditaduras militares (1946-1985), 30

2.2.4 Desde a redemocratização (1985), até 1996 (LBA), 38

2.2.5 Desde a entrada em vigor da LBA (1996) até a Emenda Constitucional 45/2004, 43

3 Emenda Constitucional 45/2004 e Resolução 9/2005: seu impacto em sede de homologação de decisões arbitrais estrangeiras, 52

2 Decisões arbitrais estrangeiras que demandam homologação no Brasil, 60

1 Introdução, 60

1.1 Conceito de sentença e extraterritorialidade de seus efeitos, 60

1.2 Diversidade de elementos de conexão para a localização do laudo arbitral, 69

2 Delimitação do conceito de sentença arbitral “estrangeira”, 70

- 2.1 Direito convencional, 71
- 2.2 “Estrangeira” desde a perspectiva brasileira, 74
- 2.3 Direito comparado: modelos normativos da Europa ocidental, 78
- 2.4 *Lex mercatoria*, 81
- 3 Sentenças arbitrais plurinacionais, 83
- 4 Outras espécies de decisões arbitrais estrangeiras, 87
 - 4.1 Medidas de urgência em sede arbitral, 87
 - 4.2 Laudos parciais proferidos em sede arbitral, 97
- 3 Homologação de sentença arbitral estrangeira: condicionantes e regime jurídico, 104**
 - 1 Introdução, 104
 - 2 Contexto sociopolítico e econômico, 107
 - 2.1 Monopólio do estado na atividade jurisdicional, 108
 - 2.2 Efeitos da globalização na homologação de decisões arbitrais estrangeiras, 111
 - 3 Homologação e/ou reconhecimento: via adequada para a interiorização de decisões estrangeiras, 124
 - 3.1 Natureza jurídica da homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, 124
 - 3.2 Competência judicial: especial referência à Emenda Constitucional 45/2004, 128
 - 3.3 Tipos e regimes de homologação, 130
 - 3.3.1 Estamos caminhando para uma homogeneização global dos tipos e regimes de homologação de laudos arbitrais estrangeiros?, 133
- 4 Condições e causas de denegação de homologação de decisões arbitrais estrangeiras, 140**
 - 1 Introdução, 140
 - 2 Pressupostos indispensáveis para a concessão da homologação, 141
 - 3 Requisitos obrigatórios da decisão arbitral estrangeira: especial referência à sua motivação, 144
 - 4 Causas de denegação alegáveis à instância de parte, 148
 - 4.1 Incapacidade das partes, 149
 - 4.2 Invalidade da convenção arbitral, 152
 - 4.3 Falta de notificação das partes e ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, 160
 - 4.4 Sentença arbitral *extra* e *ultra petita*, 163
 - 4.5 Instituição do tribunal arbitral em desconformidade com a convenção de arbitragem, 167
 - 4.6 Sentença arbitral não obrigatória, anulada ou suspensa, 171
 - 5 Causas de denegação verificáveis de ofício pelo tribunal, 187
 - 5.1 Inarbitrabilidade da controvérsia, 189

- 5.2 Violação da ordem pública, 199
- 5.3 Forma da citação, 208

5 “Crise” no processo de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, 211

- 1 Introdução, 211
- 2 Fenômenos jurídicos que condicionam a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras, 214
 - 2.1 O velho problema da ordem pública, 214
 - 2.2 Revitalização do princípio *Kompetenz-Kompetenz*, 221
 - 2.2.1 Origem e evolução do princípio *Kompetenz-Kompetenz*, 222
 - 2.2.2 Direito aplicável à existência, validade e eficácia do convênio arbitral, 235
 - 2.3 Medidas antiprocesso (*anti-suit injunctions*), 238
 - 2.4 Extensão subjetiva do convênio arbitral ou “circulação” do convênio arbitral, 247
- 3 Emenda Constitucional 45/2004 e Resolução nº 9 do STJ: sua influência no processo de homologação de decisões arbitrais estrangeiras, 257

Conclusões, 264

- 1 Específicas, 264
- 2 Geral, 270

Referências bibliográficas, 275